

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

Título: PF liga aeroportos a repasses para MDB	18
--	----

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Petrobras tem o maior lucro em cinco anos	3
Título: Eletrobrás: proposta de indenização adicional	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Petrobras lá	6
Título: Não à privatização escandalosa da Eletrobrás	6
Título: Privatização da Eletrobrás fará conta de luz subir abaixo da inflação, diz Guardia	8
Título: Neoenergia pede arbitragem em meio à briga por Eletropaulo	9
Título: Alta do petróleo leva Petrobras ao maior lucro desde Lava Jato	10
Título: Cade deve negar à J&F recurso contra a estatal	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Direto da fonte	13
Título: Petrobrás atinge seu maior valor de mercado	14
Título: Etanol ganha espaço com petróleo mais caro	15
Título: Fundo para obra no São Francisco pode ser maior	16
Título: Venda da Eletropaulo pode ir à arbitragem	17
Título: PF liga aeroportos a repasses para MDB	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	20
Título: Eletrobrás pode render mais	20
Título: Petrobras lucra com alta do barril do petróleo	21

Título: Gasolina a até R\$ 4,04.....	22
VEÍCULO: Valor Econômico	23
Título: Alta no barril do petróleo puxa o IGP-DI em abril	23
Título: Relatório propõe licitar sócio de Angra 3	24
Título: Aleluia vai apresentar hoje relatório de PL da Eletrobras	25
Título: Susep regula prêmio em capitalização e cria preocupação sobre Lotex.....	27
Título: Bolsonaro diz ter 'total compromisso' com democracia	28
Título: O Estado e a Petrobras.....	31
Título: CBA fez mudanças para voltar ao lucro	34
Título: Projeto Horizonte foi matriz da reorganização.....	36
Título: Destaques	37
Título: Petrobras lucra R\$ 7 bi com 'trégua' contábil.....	37
Título: Estatal negocia com distribuidoras	40
Título: Dividendo mínimo da PN está garantido	41
Título: Emenda à MP 811 distorce preço, diz IBP	42
Título: Curtas	43
Título: Tupy tem receita recorde de R\$ 1 bi no 1º trimestre	44
Título: Petrobras puxa 1ª alta da bolsa em cinco pregões.....	45

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa E Ramona Ordoñez****Título: Petrobras tem o maior lucro em cinco anos**

Com alta do preço internacional do petróleo, companhia teve ganho de R\$ 6,96 bilhões no 1º trimestre

O aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional e a redução de despesas levaram a Petrobras a registrar um lucro líquido de R\$ 6,961 bilhões no primeiro trimestre deste ano, alta de 56% em relação ao mesmo período de 2017, mesmo com redução na produção e na venda de combustíveis. Foi o melhor resultado trimestral desde o começo de 2013 e também do início da Operação Lava-Jato, a partir de 2014. O lucro surpreendeu analistas, que projetavam algo entre R\$ 4,45 bilhões e R\$ 5 bilhões. Com isso, a companhia anunciou a antecipação da distribuição aos acionistas de R\$ 652,2 milhões em proventos na forma de juros sobre capital próprio. As ações preferenciais (PNs, sem direito a voto) da estatal subiram ontem 1,15%, cotadas a R\$ 22,91. Já as ordinárias (ONs, com direito a voto) ficaram estáveis, em R\$ 24,74.

QUEDA NO VOLUME DE VENDAS

A alta de 24% da cotação média do petróleo entre o primeiro trimestre de 2017 e o deste ano, quando chegou a US\$ 67, foi um empurrão e tanto. Segundo a Petrobras, isso permitiu maiores ganhos com exportações e também com vendas de combustíveis no mercado interno, já que a estatal vem repassando a variação do petróleo diariamente. Com a nova política de preços, mesmo com a queda de 7% na produção de derivados e de 9% nas vendas de gasolina e diesel, a receita da companhia cresceu 22%, na comparação com o primeiro trimestre de 2017, chegando a R\$ 40,7 bilhões. — É um fato, uma realidade. É o maior (lucro) desde a Operação Lava-Jato. Sem dúvida, a empresa está melhor preparada atualmente — frisou Pedro Parente, presidente da companhia. — Estamos cautelosos, mas felizes com os resultados que estamos trazendo a público. E voltando a pagar remuneração a nossos acionistas. Parente admitiu que a queda nas vendas de gasolina se deve, em parte, ao etanol, que já se mostra mais vantajoso para abastecer o carro em quatro estados: São Paulo, Goiás, Minas e Espírito Santo. No Rio, porém, relação ainda está acima de 70%, o que ainda não compensaria a troca da gasolina pelo etanol.

O presidente da Petrobras se disse “cautelosamente otimista” sobre as negociações com o governo para rever um contrato com a União que permitiria realizar este ano um megaleilão do pré-sal, com estimativa de arrecadação de

até R\$ 100 bilhões, além de reforçar o caixa. Ele espera solução até 17 de maio. A venda dos blocos de petróleo de Lapa, Iara e Carcará gerou R\$ 3,2 bilhões e contribuiu para o resultado do primeiro trimestre. Ainda entraram para o caixa da estatal R\$ 286 milhões referentes à multa paga pela Ultrapar por não concretizar a aquisição da Liquigás. Parente repetiu que pretende alcançar a meta de US\$ 21 bilhões com a venda de negócios até o fim deste ano. A estatal estimou que o chamado plano de desinvestimentos deve gerar US\$ 11 bilhões só este ano. Com a melhora na receita no trimestre, a Petrobras registrou uma geração de caixa operacional, medida pelo Ebitda, de R\$ 25,7 bilhões, alta de 2% em relação ao mesmo período do ano passado. A companhia conseguiu reduzir seu endividamento líquido, de R\$ 300 bilhões para R\$ 270,7 bilhões no período.

DÍVIDA AINDA DESAFIA

Parente manteve a meta de reduzir para 2,5 vezes a relação entre dívida líquida e geração de caixa até o fim de 2018. O indicador ficou em 3,52 nos três primeiros meses do ano. O número poderia ter caído ainda mais, para 3,07 vezes, sem os gastos da empresa com adesão a programas de regularização de débitos federais e o pagamento da primeira parcela de indenizações a investidores nos EUA, parte de um acordo para cessar uma ação judicial coletiva (class action) por perdas com a corrupção. Se a tendência de valorização do petróleo e do dólar contribuem para que a empresa siga aumentando os ganhos com a exportação de petróleo, a alta da moeda americana é um problema para o endividamento. Atualmente, cerca de 75% da dívida da Petrobras estão atrelados ao dólar.

— Fizemos todo o planejamento para o barril a US\$ 53. Não vamos descuidar de nossos custos, pois o preço do petróleo está subindo por motivos geopolíticos — disse o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro. O executivo citou a redução de 7% das despesas gerais e administrativas, para R\$ 2,1 bilhões, como um dos fatores que contribuíram para o lucro. Já os investimentos caíram 14%, somando R\$ 9,9 bilhões entre janeiro e março. Segundo Rafael Passos, analista da Guide Investimentos, tudo indica que a Petrobras seguirá beneficiada pela perspectiva de valorização do petróleo: — Há uma expectativa de que o preço do petróleo continue alto, o que tende a ajudar nos resultados da companhia. Além disso, há uma previsão de que a Petrobras venda mais ativos este ano, com novas parcerias, o que vai ajudar no resultado ao longo de 2018.

DINHEIRO NO BOLSO - DIVISÃO DE LUCROS ANTECIPADA

SÃO PAULO- Além do lucro acima do esperado, a Petrobras agradou aos investidores ontem com o anúncio de antecipação da distribuição de proventos na forma de juros sobre capital próprio, no valor total de R\$ 652,2 milhões ou

R\$ 0,05 por ação, independentemente de ser preferencial (PN) ou ordinária (ON). É a primeira vez desde 2014 que a empresa distribui lucro. Embora o pagamento ocorra só no dia 25, terá direito à remuneração detentores de ações da companhia no dia 21 de maio, seja qual for a data de compra dos papéis. Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento por meio do qual as empresas distribuem parte dos seus lucros aos acionistas.

Diferentemente dos dividendos, nesse formato há incidência de Imposto de Renda. A alíquota é de 15%. Por isso, o valor líquido pago em maio aos acionistas será de R\$ 0,0425 por ação. O investidor que possui ações da estatal receberá na conta-corrente registrada em sua corretora de valores. Quem aplica em papéis da Petrobras por meio de fundos também recebe, mas de forma indireta. Os valores são incorporados ao patrimônio líquido da carteira. É o caso dos investidores dos fundos FGTS-Petrobras, que têm um patrimônio de R\$ 2,636 bilhões. (Ana Paula Ribeiro)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca E Bárbara Nascimento

Título: Eletrobrás: proposta de indenização adicional

Relator sugere que demitidos das distribuidoras recebam R\$ 5.645 por dois anos

BRASÍLIA - O relator da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobrás, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), incluiu na proposta uma indenização adicional de R\$ 5.645 (teto do INSS) para os empregados de distribuidoras da estatal no Norte e no Nordeste que forem demitidos depois que elas forem leiloadas. O valor seria pago por dois anos e teria um custo de R\$ 279 milhões para as contas públicas. O leilão das distribuidoras é uma das etapas do processo de privatização. O deputado afirmou que a indenização é uma medida “justa com a sociedade”. Isso porque há uma dificuldade de realocação de mão de obra no Norte do país. O auxílio não foi oferecido aos funcionários da antiga Celg, que foi privatizada.

Mas, segundo Lopes, a medida não abre brecha para que esses trabalhadores peçam o benefício na Justiça, porque ele será “endereço” aos funcionários das distribuidoras do sistema da Amazônia. O relator, no entanto, atenuou uma outra proposta sua que também impactaria o Orçamento da União. Depois de receber críticas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Lopes manteve

a ideia de criar uma faixa de gratuidade na tarifa social de energia, mas ela será de 60 quilowatts-hora (kWh) e não mais de 80 kWh. O sistema atual prevê descontos que variam de acordo com o consumo das famílias mais pobres na forma de subsídios pagos por todos os consumidores. O relatório da MP começou a ser discutido ontem, mas sua votação foi adiada para hoje.

GUARDIA: CONSUMIDOR GANHARÁ

O relatório foi bombardeado pelos parlamentares da oposição. O deputado Henrique Fontana (PT-RS) disse que o relator ampliou de forma ilegal o conteúdo da MP ao incluir vários itens sem relação com o setor de energia, como a possibilidade de compra de terras por estrangeiros e o desvio de recursos do fundo social do pré-sal, destinados à educação e à saúde, para expansão do transporte de gás. Já o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que participou de audiência pública no Congresso, defendeu a privatização lembrando que a Eletrobrás passa por profundos problemas financeiros. Segundo ele, não há mais condições de a União colocar recursos na empresa. Guardia ainda disse que o consumidor vai ganhar com o processo que, ao fim, permitirá que as contas de luz passem a ter reajustes abaixo da inflação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nelson de Sá

Título: Petrobras lá

Toda Mídia

Do Financial Times, na chamada sobre a estatal: "Lucro da Petrobras cresce com recuperação do preço de petróleo". No Washington Post, com AP "Lucro sobre na Petrobras com preço e venda de ativos".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências/Debate

Autor: Lindbergh Farias

Título: Não à privatização escandalosa da Eletrobrás

Senador (PT-RJ) desde 2011, foi deputado federal (1995-2004) e prefeito de Nova Iguaçu (2005-2010)

O plano econômico do golpe, que atende pelo nome fantasia "A pon-te para o futuro", fracassou.

O governo mentiu. Por isso, cai pelas tabelas no quesito popularidade. O ex-ministro e presidente Henrique Meirelles, por exemplo, mentiu ao dizer que a reforma trabalhista geraria dez milhões de empregos. Passados seis meses de vigência da reforma, o desemprego alcançou 13,1% no primeiro trimestre do ano — astronômicos 13,7 milhões de brasileiros desempregados. Mesmo considerando a sazonalidade do período, os dados revelam a incapacidade da economia reagir e gerar emprego. Não há retomada consistente da economia, que caiu num perigoso estágio de estagnação. Do fundo do poço não vai sair devido ao fracasso do governo golpista em inaugurar um ciclo de crescimento.

O governo Temer desmontou mecanismos de política anticíclica de saída da crise. Para o país voltar a crescer e reduzir desigualdades, é necessária a revogação do teto de gastos. O arrocho fiscal, fortíssimo este ano, será ampliado em 2019.

Segundo dados do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), investimentos e custeio do Estado representarão 3,09% do PIB em 2019, pior desempenho desde 1997.

É hora de mudar apolítica econômica. Até os escribas do governo jogaram a toalha e reconhecem que não virá a "retomada" do crescimento. Mas os ratos não abandonaram o navio. A jogatina da hora é a privatização da Eletrobrás.

Esta seria a mais escandalosa privatização de todos os tempos. O então presidente Lula retirou a Eletrobrás do PND (Programa Nacional de Desestatização) em 2004. Temer pretende reincluir a privatização na agenda, tendo editado decreto inconstitucional, pois inclui a Eletrobrás no PND, mesmo sem aprovação do PL de privatização pelo Congresso Nacional. Há uma expectativa de arrecadação de R\$ 12 bilhões, em função da previsão de que a empresa poderá retirar 14GW do regime de cotas, vendendo energia a um custo até cinco vezes maior.

O valor arrecadado será irrisório, ante estimativa de R\$ 370 bilhões para o parque gerador da Eletrobrás se os custos para o consumidor. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) prevê que as tarifas poderão subir até 16,7% com a descotização.

Pesquisa na Inglaterra, publicada no jornal The Guardian, constata que 83% da população são favoráveis à nacionalização da água e 77% da eletricidade. Nos principais países do mundo, as usinas hidrelétricas são controladas pelo Estado (por exemplo, China, França, Noruega, EUA, Canadá).

O PND completou 21 anos. Um balanço sério demonstra que as privatizações foram um grande desastre de destruição não criativa. Deu-se uma mera transferência de patrimônio público para o setor privado. Entre a década de 1990 e 2002, o Estado vendeu grande parte de seu patrimônio, mas a dívida líquida do setor público dobrou, subindo de 30% do PIB em 1994 para 60% do PIB em 2002.

As estatais privatizadas se mostraram ambientalmente predatórias. O mais trágico emblema foi o desastre ambiental do rio Doce pelos rejeitos de minério da Samarco (joint venture controlada pela Vale e BHP Billiton).

Não há dados que atestem a relação entre privatização e redução de preços. A Celg-D, distribuidora de energia elétrica em Goiás, foi privatizada em 2017 e, na sequência, houve reajuste de quase 16% na tarifa residencial, para uma inflação menor do que 3%.

Diante do modelo apresentado pelo governo, uma Eletrobrás privatizada, seguramente, acarretará aumento de tarifa. Por tudo isso, parlamentares devem cerrar fileiras com os interesses populares, dizendo não à privatização da Eletrobrás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Privatização da Eletrobrás fará conta de luz subir abaixo da inflação, diz Guardia

Se o projeto de privatização da Eletrobrás for aprovado como enviado pelo governo, a conta de luz terá um aumento, mas menor que a inflação, afirmou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, nesta terça-feira (8), durante a audiência pública da comissão especial que debate o projeto de lei na Câmara dos Deputados.

“A empresa tem um nível elevado de endividamento, ou seja, sua capacidade de se endividar mais está comprometida. Em que se capitalizada para competir no mercado”, afirmou.

Guardia afirmou que o projeto transfere ao gerador, e não mais ao consumidor, o chamado risco hidrológico, que é quando a empresa produz menos energia do que previsto em contrato por determinação do governo.

“Se o modelo enviado pelo governo for aprovado, haverá um reajuste inferior à inflação na tarifa ao consumidor, segundo um estudo da Aneel [agência reguladora do setor elétrico]”, disse.

O projeto prevê também o fim do regime de cotas — criado durante o governo de Dilma Rousseff para baratear a energia. A chamada descotização é um dos fatores que deverá elevar a conta de luz, caso a proposta seja aprovada.

Guardia também frisou aos deputados o discurso que vem sendo repetido por membros do governo de que o processo não se trata de uma privatização. “Essa é uma proposta de capitalização, que preservará sua autonomia e identidade como empresa.”

Ainda não foi definido qual será a participação do governo na estatal com a desestatização, mas a União deixará de ser majoritário. O projeto prevê que a União tenha direito a uma “golden share”, que dá poder de veto, e limites ao poder de voto dos demais acionistas.

O ministro ainda rebateu afirmações dos deputados de que a Eletrobrás seria vendida por R\$ 12 bilhões.

“Esses R\$ 12 bilhões são o valor que pagará pela prorrogação da outorga, não é valor de venda. Não há venda de ações, esse é um ponto que gerou muita confusão no debate. Esse valor pagará pelo ônus da nova concessão, que será prorrogada por 30 anos”.

Outro argumento apresentado pelo ministro da Fazenda foi o fato de que o projeto prevê aproximadamente R\$ 9 bilhões em investimentos ao longo do período de concessão para a revitalização do rio São Francisco.

A inclusão do artigo referente ao São Francisco foi uma tentativa de agradar bancadas do Nordeste, que são contrárias ao projeto, por terem poder de indicação na estatal.

Durante sua fala, Guardia foi questionado principalmente por deputados de oposição. Manifestantes vaiaram o ministro após sua apresentação, e foram retirados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Neoenergia pede arbitragem em meio à briga por Eletropaulo

A Neoenergia, da espanhola Iberdrola, pediu instauração de arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, após a Eletropaulo suspender uma emissão de ações, que seriam compradas pela empresa.

O movimento é mais um capítulo em uma forte disputa entre a Neoenergia e a italiana Enel pela aquisição da maior distribuidora de energia do Brasil em faturamento.

A Eletropaulo havia cancelado essa oferta de ações, que ocorria paralelamente a seu processo de venda, após a Enel questionar a operação, afirmando que ela daria vantagem à Neoenergiana disputa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Alta do petróleo leva Petrobras ao maior lucro desde Lava Jato

Companhia volta a pagar juros sobre o capital próprio a acionistas após 4 anos

A escalada nas cotações do petróleo impulsionou o lucro da Petrobras, que voltará a pagar juros sobre capital próprio a seus acionistas após quatro anos. No primeiro trimestre de 2018, a estatal lucrou R\$ 6,96 bilhões, alta de 56,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Foi o melhor resultado trimestral desde os três primeiros meses de 2013, antes do início da Operação Lava Jato, quando a Petrobras lucrou R\$ 7,69 bilhões. Será a primeira vez depois do início das investigações que a companhia distribuirá juros sobre capital próprio aos acionistas

“Com esse resultado, consolidamos a trajetória de recuperação da Petrobras”, disse o presidente da estatal, Pedro Parente. “A Petrobras é hoje totalmente diferente do que era quando começou a Lava Jato.”

A principal explicação para o resultado foi o aumento nas cotações internacionais do petróleo: negociado em Londres e usado como parâmetro pela estatal, o petróleo Brent subiu de US\$53,8 por barril no primeiro trimestre de 2017 para US\$ 66,8 por barril.

Com isso, a Petrobras obteve melhores margens na exportação de petróleo, embora o volume vendido tenha caído 18,5% no trimestre. O lucro da área de exploração e produção da companhia cresceu 77%, para R\$ 11,5 bilhões.

Mesmo com queda de 11,4% nas vendas de combustíveis no mercado interno, a Petrobras teve aumento de 9% na receita, para R\$ 74,4 bilhões.

A geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro de juros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 25,7 bilhões, estável em relação ao ano anterior.

Em entrevista para detalhar o balanço, Parente destacou medidas que vêm sendo adotadas pela estatal para cortar custos e melhorar perfil de sua dívida após o início da crise gerada pela Operação Lava jato e pela queda do preço do petróleo em 2014.

Desde 2015, a companhia vendeu US\$ 17,6 bilhões em ativos, ajudando a reduzir seu endividamento líquido para R\$270,7 bilhões, 32,5% amenos do que o pico de R\$ 402,3 bilhões atingido no terceiro trimestre aquele ano.

Com o lucro do trimestre, a empresa vai distribuir R\$ 652,2 milhões, o equivalente a R\$ 0,05 por ação, a título de juros sobre o capital próprio. Dona de 28,67% do capital da companhia, a União receberá R\$ 187 milhões.

Para evitar mais um ano sem remunerar investidores, a companhia aprovou no fim de abril uma política que permite o pagamento trimestral dos dividendos. Em 2014, a Petrobras pagou aos acionistas R\$5,7 bilhões.

“A Petrobras apresentou números fortes no primeiro trimestre, aproveitando o bom momento dos preços do petróleo”, diz em relatório a BB Investimentos, para quem a empresa precisa recuperar mercado de combustíveis e manter a redução da dívida.

A empresa conseguiu ampliar sua fatia de mercado na venda de gasolina e diesel para 86% e 79%, respectivamente — em 2017, era de 83% e 74%.

Mas a concorrência com produtos importados derrubou em 25% o resultado da área de refino, que é responsável pela produção e venda de derivados de petróleo e lucrou R\$ 3 bilhões no trimestre.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Cade deve negar à J&F recurso contra a estatal

A Àmbar, braço de energia da J&F do empresário Joesley Batista, não deve conseguir do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) o aval para obrigar a Petrobras a assinar um novo contrato de fornecimento de gás para a termelétrica do grupo.

O conselho julgará o caso nesta quarta-feira (9) e, até a conclusão desta edição, não havia consenso. Mais da metade dos conselheiros considerava não haver razões técnicas para atender ao pedido.

No entanto, avaliavam a abertura de um inquérito para investigar possíveis práticas anticoncorrenciais da Petrobras. Existem outras controvérsias contra a estatal.

A Petrobras não quer mais fornecer o gás para a Àmbar porque a empresa se envolveu em corrupção. O último contrato foi rompido pela estatal em junho de 2017 depois que o próprio Joesley Batista afirmou, em delação, ter acertado o pagamento de R\$ 500 mil para que o ex-assessor do presidente Michel Temer Rodrigo Rocha Loures resolvesse a questão no Cade.

O caso tramitava na Superintendência-Geral do Cade, órgão que instrui os processos para o julgamento. No final do ano passado, o superintendente e o conselheiro envolvidos na delação de Batista deixaram o Cade porque expiraram os mandatos.

Em abril deste ano, o novo superintendente, Alexandre Cordeiro de Macedo, arquivou o caso por falta de evidências danosas contra a Àmbar.

A empresa recorreu e, ao mesmo tempo, enviou um pedido de medida cautelar ao conselho para forçar a Petrobras a fechar um contrato.

No processo, a Àmbar afirmou que não consegue gás com outro fornecedor porque a Petrobras é monopolista..

O aumento de preço da energia para os consumidores era o ponto que os conselheiros do Cade tentavam comprovar para avaliar se concederiam a cautelar. No entanto, boa parte não se convenceu desse aumento.

Alguns conselheiros reconheceram, no entanto, que a Petrobras usou de artimanhas para evitar o fornecimento.

Uma das evidências foi a apresentação de uma certidão emitida pelo Ministério Público Federal para atestar que a Àmbar vem cumprindo um programa de integridade decorrente do acordo de leniência fechado pela J&F.

Mesmo assim, a Petrobras disse que só aceitaria fornecer o gás depois de ela própria verificar a qualidade do programa da Àmbar.

A empresa contestou a posição da estatal para os conselheiros do Cade. Disse que a legislação anticorrupção prevê regras rígidas a fornecedores. Para clientes, as restrições só valem se há risco de dano à estatal. A Àmbar afirma que, como cliente, não poderia causar danos porque o preço é definido pela Petrobras.

A disputa já envolveu até mesmo o governador do Mato Grosso Pedro Taques (PSDB) que, nesta quarta-feira, tem audiência prevista com o presidente da Petrobras, Pedro Parente. O estado sofre com problema de abastecimento de gás.

A MT Gás, empresa controlada pelo estado, se prontificou a comprar o combustível da Petrobras para repassá-lo para a Àmbar. Mas a Petrobras também se recusou. A estatal disse não admitir qualquer manobra que possa comprometer a implementação de seu próprio programa de integridade implementado pós operação Lava jato, que desbaratou um esquema de corrupção na petroleira.

As termelétricas são acionadas pelo governo quando chove pouco e há risco de comprometimento de geração de hidrelétricas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da fonte

Way out....

Eduardo Guardia deu ontem continuidade à sua defesa da privatização da Eletrobrás ao repassar, na Câmara dos Deputados, os principais pontos do projeto sobre desestatização da empresa. Trata-se de um trabalho exaustivo, mesmo ante o novo mote adotado pelo governo federal segundo o qual a estatal não será privatizada – e, sim, promoverá aumento de capital para poder voltar a competir no mercado.

Way out 2

A informação é verdadeira – mas Guardia omitiu que o aumento de capital almejado deixará a União com algo como 40% do total das ações. Isso significa

que haverá pulverização do controle. Mas, dessa maneira, defendendo o aumento de capital e não a privatização, parlamentares terão como dizer às suas bases que não apoiam o sistema de vendas de estatais pertencentes ao povo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás atinge seu maior valor de mercado

Com resultados melhores e petróleo em alta, estatal vale hoje R\$ 312,5 bilhões

A Petrobrás nunca foi tão valorizada pelo mercado financeiro quanto neste ano. Em Bolsa, atingiu ontem cotação recorde de R\$ 312,5 bilhões. Os sinais de superação da crise também se refletem no resultado financeiro de janeiro a março – lucro de R\$ 6,9 bilhões. Esse foi o melhor desempenho desde o primeiro trimestre de 2013, quando a existência de um esquema de corrupção envolvendo funcionários, fornecedores e políticos ainda era desconhecida. “A Petrobrás é uma empresa muito diferente daquela que existia quando as coisas da Lava Jato aconteceram”, disse o presidente da companhia, Pedro Parente, ao divulgar as demonstrações contábeis. Denúncias de desvio de dinheiro público vieram à tona em 2014 e levaram a estatal a reconhecer perda de R\$ 6 bilhões com o superfaturamento de projetos. Até então, a Petrobrás tinha um valor de mercado de R\$ 310 bilhões.

Com o avanço das delações premiadas, insegurança política e descrença quanto à sua capacidade de pagar dívidas, além da queda do preço do petróleo, seu valor de mercado despencou. No pior momento, em janeiro de 2016, chegou à mínima de R\$ 67,8 bilhões. Passados quatro anos de reestruturação interna, corte de custos e venda de ativos, a Petrobrás voltou a contar com a confiança dos investidores. Neste início de ano, eles já pagam pela ação valor equivalente ao do período pré-crise. “Com esse resultado, consolidamos a trajetória de recuperação da Petrobrás”, afirmou Parente. As contas do primeiro trimestre deste ano foram marcadas, principalmente, pelas oscilações do preço do petróleo. O lucro subiu 56%, comparado a igual período do ano passado, na mesma proporção que a alta da commodity negociada na Europa, de US\$ 53,8 para US\$ 66,8 por barril. O cenário externo também ajudou a empresa a aumentar os ganhos com a exportação de petróleo, combustíveis e gás natural.

E a estatal ainda contou com a entrada de R\$ 3,2 bilhões pela venda de três campos no pré-sal da Bacia de Santos – Lapa, Iara e Carcará. Refino. A má

notícia partiu da área de refino, responsável pela produção de derivados, alvo do plano de desinvestimento da companhia. Com a matéria-prima mais cara e a concorrência de importadores e de produtores de etanol, o volume e as margens de venda de gasolina e óleo diesel caíram. Esse foi, segundo relatório do JPMorgan, o “ponto fraco” do resultado do primeiro trimestre. Em teleconferência com analistas de mercado, no entanto, o diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino, garantiu que a tendência para os próximos meses é de recuperação.

“Esperamos que a Petrobrás entregue melhores resultados operacionais, impulsionados pela contínua redução de custos e pela recuperação da participação no mercado doméstico de combustíveis em 2018, particularmente durante o segundo semestre de 2018”, disse o Itaú BBA, em relatório. A produção de petróleo e gás no trimestre foi de 2,68 milhões de barris de óleo equivalente por dia, dos quais 2,58 milhões no Brasil, 4% menos do que no primeiro trimestre de 2017. Neste ano, com o lucro do primeiro trimestre, a Petrobrás vai remunerar os acionistas em R\$ 652 milhões. A metade desse dinheiro vai para a sua controladora, a União. Desde 2014, a empresa registra prejuízos anuais consecutivos e, por isso, não paga dividendos aos investidores. Neste mês, o estatuto social foi alterado para permitir a distribuição trimestral. Um acerto de contas será feito após a divulgação das contas completas de 2018, que deve acontecer no ano que vem. / COLABOROU KARIN SATO

Estatual reduz endividamento

A Petrobrás conseguiu reduzir seu endividamento líquido de US\$ 84,9 bilhões no último trimestre do ano passado para US\$ 81,4 bilhões. Ao mesmo tempo, aumentou sua geração de caixa, ajudada principalmente pela alta do preço do petróleo e venda de ativos. Segundo o diretor financeiro da estatal, Ivan Monteiro, a disciplina financeira será mantida. “O benefício do programa de desinvestimento e da redução de alavancagem da companhia é importante, porque estamos num cenário de crescimento dos juros”, disse. A relação dívida/geração de caixa, que era de 3,67 vezes no final do ano passado, caiu para 3,52 no primeiro trimestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jéssica Alves

Título: Etanol ganha espaço com petróleo mais caro

Gasolina perde competitividade em São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso

Com o litro da gasolina a R\$ 3,689 e o do etanol a R\$ 2,269, em um posto na zona norte de São Paulo, o taxista Yuri Karpawcius, como tem feito sobretudo nos últimos meses, escolheu abastecer seu automóvel com etanol. “Apesar do aumento no preço dos combustíveis, de uns meses para cá senti uma diminuição de 30 a 40 centavos no preço do etanol”, diz. Assim como em São Paulo, abastecer hoje o veículo com álcool está mais vantajoso do que com gasolina também em Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, segundo o último levantamento feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre os dias 29 de abril e 5 de maio. O preço encontrado por Karpawcius é mais baixo do que a média registrada em São Paulo, de R\$ 2,656 para o litro do álcool, mas ainda acima do menor preço registrado pelo levantamento da ANP no Estado, R\$ 2,099. São Paulo tem os preços mais baixos do Brasil. O motorista Miguel Yoshinaga, além de optar pelo álcool, também busca o menor preço.

Ao passar por um posto na capital e encontrar uma diferença de quase 10 centavos de onde costuma abastecer, resolveu completar o tanque. “Sempre preferi álcool. Apesar de falarem que às vezes não compensa, para mim sempre compensou.” Para donos de carros bicombustíveis, o etanol é mais vantajoso economicamente se o preço não ultrapassar 70% do valor da gasolina na bomba. Para descobrir o que vale mais a pena, o consumidor precisa fazer uma conta simples. Como o etanol tem em média 70% do desempenho da gasolina, o motorista precisa pegar o preço da gasolina e multiplicar por 0,70. Por exemplo, se a gasolina estiver a R\$ 3,50, ao multiplicar por 0,70 o resultado será de R\$ 2,45 o litro. Dessa forma, compensa abastecer com álcool se o litro no posto for R\$ 2,45 ou menos. Segundo o diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Antonio de Padua Rodrigues, a cotação do etanol hidratado caiu 46 centavos nas usinas, o que representa uma queda de 22 centavos na bomba.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Fundo para obra no São Francisco pode ser maior

O relatório do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) para o projeto de lei sobre a privatização da Eletrobrás eleva de R\$ 9 bilhões para R\$ 15 bilhões os recursos que serão destinados à revitalização do São Francisco. Serão R\$ 500 milhões anuais, pelo prazo de 30 anos. Pela proposta, os recursos a serem pagos pela Eletrobrás serão depositados em um fundo a ser administrado por uma

fundação de capital privado, criada por meio da lei. Os recursos ficarão no Banco do Nordeste, que terá de atingir a rentabilidade média do mercado. Caberá a um comitê gestor escolher os projetos que receberão recursos.

Aleluia disse que o comitê terá membros indicados das Forças Armadas, da Eletrobrás, do Ministério do Meio Ambiente e da Presidência. “Será uma fundação de direito público, mas administrado por pessoas sem influências fisiológicas.” O relatório deve ser apresentado hoje na comissão especial que analisa a matéria. A previsão é que o texto final seja votado entre os dias 28 e 30. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), confirmou a informação. Durante a sessão de ontem da comissão, seguranças foram acionados para retirar manifestantes contrários à privatização. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse aos parlamentares que o objetivo da operação é recuperar a estatal. / ANNE WARTH, IGOR GADELHA E EDUARDO RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Venda da Eletropaulo pode ir à arbitragem

Na briga com a italiana Enel por empresa de energia paulista, Neoenergia diz que pode ainda adotar medidas judiciais para defender seus direitos

A Neoenergia, da espanhola Iberdrola, pediu ontem instauração de arbitragem contra a Eletropaulo e afirmou que pode ainda adotar medidas judiciais ou administrativas para defender o que entende ser seu direito. O movimento é mais um capítulo da disputa entre a Neoenergia e a italiana Enel pela aquisição da empresa de energia paulista, a maior distribuidora do Brasil em faturamento. Em abril, a Neoenergia assinou acordo com a Eletropaulo para comprar até todos os papéis de uma emissão da empresa e posteriormente apresentar uma oferta pela aquisição da companhia.

Mas a Eletropaulo cancelou a oferta de ações após receber uma nova proposta, feita pela italiana Enel, a um valor maior que o ofertado pela rival. “A decisão de cancelamento da oferta primária viola o Acordo de Investimento firmado”, disse em fato relevante a Neoenergia. Em resposta, a Eletropaulo afirmou que “o pedido apresentado é improcedente, tendo sido o acordo cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do procedimento”. No contrato, divulgado em 17 de abril, a Neoenergia firmou o compromisso de ficar com as novas ações a serem emitidas pela

Eletropaulo por R\$ 25,51 por papel. No mesmo dia, no entanto, a Enel apresentou uma oferta de R\$ 28 por ação pela distribuidora.

Diante disso, o conselho da Eletropaulo decidiu suspender a oferta primária de papéis, por entender que o cancelamento permitiria a “melhor evolução da competitividade entre as ofertas públicas para aquisição de ações da companhia atualmente em curso”. A elétrica italiana chegou a questionar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em anúncios em jornais o acordo de investimento entre Neoenergia e Eletropaulo, que, segundo a empresa prejudicaria a competição pelo negócio. Os espanhóis da Iberdrola, por sua vez, acionaram a Comissão Europeia alegando que a Enel estaria praticando concorrência desleal pela aquisição.

Lances. Em meio à briga, as elétricas voltaram a elevar seus lances, e no momento a proposta mais alta sobre a mesa é da Enel, de R\$ 32,20 por ação da Eletropaulo, o que poderia envolver cerca de R\$ 5,39 bilhões pela totalidade da companhia, contra oferta de R\$ 32,10 da Neoenergia. As propostas serão apresentadas aos acionistas da Eletropaulo em um leilão agendado pela CVM para 4 de junho, quando novos lances poderão ser feitos. A briga entre Enel e Iberdrola pela Eletropaulo representa também uma briga pela liderança do mercado brasileiro de distribuição de eletricidade – qualquer um dos grupos que ficar com a empresa vai se tornar a maior do setor, ultrapassando a atual líder, CPFL Energia, da chinesa State Grid. / LUCIANA COLLET, COM REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fabio Serapião / BRASÍLIA Fausto Macedo

Título: PF liga aeroportos a repasses para MDB

Segundo peritos, documentos do "departamento de propina" da Odebrecht vinculam pagamentos a aliados de Temer a concessões do setor

Laudo produzido pelos peritos da Lava Jato de Curitiba mostra que as entregas de dinheiro da Odebrecht ao advogado José Yunes, amigo do presidente Michel Temer, e aos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, e de **Minas e Energia, Moreira Franco**, estão vinculadas no Setor de Operações Estruturadas – o "departamento de propina" da empreiteira – a contratos de concessões de aeroportos. O documento corrobora a apuração da Polícia

Federal no inquérito no Supremo Tribunal Federal em que Temer, Padilha e Moreira são investigados por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro.

Solicitado pelo delegado do caso, o laudo foi anexado ao inquérito, mas é mantido em sigilo. O inquérito investiga repasses de propina relatados por delatores da Odebrecht para campanhas do MDB em troca de favorecimento à empresa em contratos com órgãos públicos, entre eles a Secretaria de Aviação Civil da Presidência. Padilha e Moreira Franco comandaram a pasta entre 2013 e 2015, no governo Dilma Rousseff (PT). Os peritos Ricardo Andres Hurtado e Rodrigo Lange listaram no laudo planilhas, e-mails e documentos encontrados nos sistemas Drousys e Mywebday, utilizados pelo "departamento de propina" da empreiteira.

O primeiro documento relativo a aeroportos é uma planilha em que o codinome "Angorá" está atrelado ao valor R\$ 1,5 milhão proveniente da Odebrecht Transport. Angorá, segundo delatores, era o codinome atribuído principalmente a Moreira Franco, mas também a Padilha. E-mail de 19 de agosto de 2014 também indica a relação de valores destinados ao codinome relacionado a Moreira Franco e aeroportos. O então diretor da Odebrecht Transport, Paulo Quaresma, escreve a Ubiraci Santos, funcionário do "departamento de propina", pedindo que ele programe o pagamento "Aeroportos/Angora/R\$ 3.000.000/Praça: São Paulo". "Ativo".

O delator Benedicto Júnior, o BJ, relatou a necessidade de alocar "as despesas" com os repasses a Moreira Franco e afirmou que decidiu fazê-lo por meio da Odebrecht Transport porque ela tinha o "Aeroporto do Galeão como ativo". BJ disse que autorizou os pagamentos "em razão de ser Moreira Franco uma pessoa muito próxima do núcleo duro do governo federal, sendo um dos mais fortes representantes do PMDB ligado a Michel Temer". Ainda segundo BJ, os repasses "seriam uma contrapartida por todo o empenho do ministro Moreira Franco nos temas relacionados à concessão do Aeroporto do Galeão".

Em 2013, quando o emedebista comandava a Aviação Civil, o consórcio liderado pela Odebrecht Transport e a Changi Airports International conquistou a concessão para ampliação, manutenção e exploração do Galeão. Os peritos também encontraram planilha que menciona a saída de R\$ 1 milhão da Odebrecht Transport para Angorá. Na última coluna do documento consta uma observação: "Entregar na rua Capitão Francisco, 90 – Jd Europa. Procurar Sr. José Yunes ou Sra. Cida". Em depoimento no mesmo inquérito, o PM Abel de Queiroz, da transportadora de valores responsável

pela entrega, confirmou ter efetuado ao menos duas entregas, entre 2013 e 2014, no local onde fica o escritório de advocacia de Yunes.

Conforme delatores da Odebrecht, Padilha recebeu valores sob os codinomes Angorá e Primo. Os peritos encontraram registro da entrega de R\$ 1 milhão no endereço onde fica o escritório do ministro em Porto Alegre. No documento, o valor é vinculado à Odebrecht Transport e a "Aeroportos". Defesas. O advogado Brian Alves Prado negou "qualquer envolvimento" de Temer com os fatos em apuração. A defesa de Yunes afirmou que o advogado "jamais foi intermediário de qualquer pessoa, não conhece e nunca teve contato com Abel de Queiroz". O advogado Antônio Pitombo declarou não haver "qualquer vínculo" entre Moreira Franco e os fatos investigados. A Odebrecht disse colaborar com a Justiça.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Eletrobrás pode render mais

Apesar de prever inicialmente R\$ 12,2 bilhões em receitas para os cofres da União com a capitalização da Eletrobrás, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, admitiu que o valor da outorga poderá ser maior, mas não quantificou. "Essa receita é uma estimativa e pode ser maior. A gente tem que ter a modelagem fechada para reestimar todos os números", disse.

O ministro participou ontem de uma audiência pública na comissão especial da Câmara dos Deputados que trata do projeto de lei que prevê a desestatização da empresa, o PL 9463/2018. Guardia reforçou que esses recursos não se referem à venda da companhia, mas ao processo de descotização que prevê a renovação da outorga por 30 anos.

"Estamos capitalizando a Eletrobrás, diluindo os acionistas que não participarem do aumento de capital, entre eles, a União", disse. De acordo com ele, o projeto prevê novas condições de preços, e, com isso, o custo da tarifa terá reajustes menores "ao longo do tempo". O ministro destacou que, com essa mudança, a Eletrobrás passará do sistema de cotas, em que o preço do consumidor é fixo e o risco hidrológico é transferido para o distribuidor, para o sistema de preços de mercado flexível, com o risco hidrológico transferido para o gerador.

O relator do projeto de desestatização da Eletrobrás, o PL 9463/2018, o deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA) disse que entregará o relatório hoje à comissão, no fim da tarde. O prazo para a apresentação de emendas será de cinco sessões, o que deixará a votação para junho. Segundo Aleluia, apesar da desconfiança de especialistas, a matéria será aprovada pela Câmara ainda este ano. “Hoje temos a maioria na comissão. No plenário (da Casa), a tarefa é dos líderes. Eles precisam de 230 a 240 votos, porque não é uma emenda constitucional”, afirmou. O relator adiantou que propôs, no relatório, a inclusão de um representante das Forças Armadas no Conselho Gestor do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras lucra com alta do barril do petróleo

A Petrobras anunciou ontem o melhor resultado trimestral dos últimos cinco anos, com lucro líquido de R\$ 6,96 bilhões nos três primeiros meses de 2018. A notícia é boa para a empresa, que demonstra sinais claros de recuperação, e melhor ainda para os acionistas, que receberão dividendos em 25 de maio, depois de quatro anos a seco. Para os consumidores, no entanto, significa menos dinheiro no bolso. Parte do bom resultado da Petrobras é graças à política de preços alinhada ao mercado internacional. Com a alta do barril de petróleo, os combustíveis estão mais caros e pressionam a inflação. Esse quadro pode se agravar com a instabilidade geopolítica gerada pelo anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de sair do acordo nuclear com o Irã.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o resultado é excepcional para a Petrobras e demonstra a gestão competente. “A atual diretoria passou a olhar o acionista. A companhia deixou de ser usada para controlar inflação. Quando se faz a coisa certa, os investidores premiam”, avaliou. De fato, o valor de mercado da empresa, que afundou a R\$ 67,6 bilhões em fevereiro de 2016, saltou para US\$ 87,7 bilhões na segunda-feira (R\$ 313 bilhões pela cotação de ontem), segundo Einar Rivero, da empresa de informações financeiras Economatica.

Pires, do Cbie, ressaltou que a alta do petróleo ajudou a Petrobras a ter o resultado positivo. “Claro que houve aumento de combustíveis, mas não dá para penalizar a empresa para agradar ao consumidor”, opinou. O peso dos combustíveis na inflação, no entanto, é alto: representou 5,64% no Brasil e

6,59% em Brasília no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março de 2018, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Transmissão

“Quando se fala de combustível, além do impacto direto na bomba, há o efeito transmissão. Nossa logística inteira é pelo modal rodoviário. Então, quando há aumento do diesel, tudo fica mais caro. A alta de preços cai em cascata direto na cesta dos brasileiros”, alertou Felipe Leroy, professor de Economia do Ibmec. “Para o consumidor, não é uma boa notícia. A Petrobras teve ótimo resultado porque passou a defender seus interesses empresariais”, ponderou o diretor da MaxQuimm, Maurício Jaroski, especialista da área de energia. “A empresa tem uma autonomia que não tinha. Isso é positivo para os acionistas, que vão receber dividendos, e para o país, porque a petroleira volta a ter fôlego financeiro para investir”, acrescentou.

Se o combustível já pesa no bolso do consumidor, a situação pode piorar. “O cenário é obscuro. O pronunciamento de Trump deve influenciar o mercado de petróleo, com reflexo na formação de preços dos combustíveis”, destacou o analista de investimentos Robson Pacheco, ex-presidente da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec).

Cotação

O lucro líquido de R\$ 6,96 bilhões no primeiro trimestre em 2018 da Petrobras foi o melhor resultado trimestral desde o início de 2013, quando a empresa havia lucrado R\$ 7,69 bilhões. Segundo a petroleira, a principal explicação para o aumento de 56% em relação ao lucro do primeiro trimestre de 2017, de R\$ 4,45 bilhões, é o aumento nas cotações internacionais do petróleo, que saiu de US\$ 53,8 na média do primeiro trimestre de 2017, para US\$ 66,8 neste ano. A petroleira anunciou o pagamento de R\$ 652,2 milhões aos acionistas, com remuneração de R\$ 0,05 por ação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Gasolina a até R\$ 4,04

Os consumidores que buscam descontos no combustível podem se animar, pois o preço da gasolina caiu em 17 dos 33 postos pesquisados pelo Correio. Apesar de não ser mais possível pagar menos de R\$ 4 pelo litro do combustível, na maioria dos estabelecimentos no Plano Piloto, a gasolina é encontrada a R\$

4,16. Mesmo com o aumento desde o último levantamento, em 30 de abril, os postos da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) ainda estão com os valores mais baixos. Os preços variam entre R\$ 4,04 e R\$ 4,13.

Para o servidor público Roney Bastos, 54 anos, o valor da gasolina continua acima do esperado pelo consumidor. “O combustível está muito caro! Nem as promoções recorrentes conseguem colocar o valor do litro em um patamar mais justo”, comentou. A alternativa dele para economizar foi trocar o automóvel. “Por conta dos gastos com a gasolina, tive que optar por uma versão mais econômica a fim de encaixar a despesa à minha renda mensal”, contou.

Segundo o economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, o ciclo de reajustes da Petrobras faz com que a gasolina seja o principal item que impulsiona a inflação. De acordo com ele, as projeções a curto prazo são de mais aumentos. “a Petrobras continuará ajustando o valor do combustível acima da inflação. Então, até a economia começar a se recuperar, a tendência é de alta nos preços”, afirmou.

** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira*

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Alta no barril do petróleo puxa o IGP-DI em abril

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu de 0,56%, em março, para 0,93%, em abril - a mais forte elevação desde junho de 2016 (1,63%), informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador acumula alta de 2,24%, no ano, e 2,97%, em 12 meses, influenciado pela alta do petróleo, que levou a cenário de combustíveis mais caros no atacado.

Com a elevação contínua do barril, aliada ao movimento de dólar em alta, o que também impacta as commodities, os IGPs sinalizam trajetória ascendente até o momento, avaliou Salomão Quadros, superintendente adjunto de Inflação do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Para o especialista, o período de taxas próximas de zero acabou.

Quadros explicou que, de março para abril, houve aumentos no atacado em óleo diesel (10,42%), gasolina (7,07%) e óleo combustível (10,79%), com 0,45

ponto percentual de aceleração do atacado, pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo - Disponibilidade Interna (IPA-DI), que passou de 0,77% para 1,26% no período.

Combustíveis não são os únicos a apresentar alta no atacado. Com o dólar em alta, as commodities sobem. É o caso da soja em grão (8,49%) e carne bovina, com deflação em queda, de março para abril (de -1,95% para - 0,09%). "O IPA é muito sensível a esta conjuntura macroeconômica. Se não temos estrutura para impedir essa transmissão, vai ter impacto [no atacado]. Mas a questão é: vai chegar no varejo? Não necessariamente", diz o economista.

No varejo, o Índice de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna (IPC-DI) subiu de 0,17% para 0,34%, pressionado por reajuste em preços de medicamentos (2,36%), que levou à aceleração de preços em Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,42% para 1,12%) - além do fim da deflação em Alimentação (de - 0,02% para 0,29%). Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou alta de 0,29% em abril, contra 0,24% no mês anterior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Relatório propõe licitar sócio de Angra 3

O relator da Medida Provisória 814/17, deputado Julio Lopes (PP-RJ), defendeu ontem uma licitação para a escolha de sócio privado para a Eletronuclear na usina de Angra 3, situada na Costa Verde, Rio de Janeiro. A proposta integra o relatório discutido pela comissão mista, formada por deputados e senadores, que pode votar hoje a MP - relativa à privatização de distribuidoras da Eletrobrás.

Segundo a proposta de Lopes, seria declarada vencedora a empresa que aceitar fornecer energia ao sistema pela menor tarifa negociada na concorrência. Para entrar na disputa, no entanto, o investidor deve estar disposto a assumir todos os investimentos necessários para a conclusão do projeto.

"A seleção do parceiro privado [...] deverá ocorrer de forma competitiva e considerará, entre os critérios de seleção do referido parceiro, proposta de deságio em relação ao preço da energia a ser gerada pela usina nuclear", indica o novo relatório. O empreendimento deve ser concluído até 2026.

O documento faz ressalvas para que a seleção não contrarie a Constituição, pois a gestão de instalações nucleares deve ser feita por monopólio estatal da União. O relator informou que a conclusão da usina ainda exige R\$ 15 bilhões em investimentos, mas, se o governo desistir do projeto, terá que desembolsar R\$ 12 bilhões.

A nova versão do relatório trouxe outras novidades. Uma delas é a indenização adicional aos funcionários das distribuidoras da Eletrobrás demitidos após o processo de privatização. Pela nova redação, os empregados devem receber pagamentos de até R\$ 5 mil mensais pelo período de dois anos. Lopes explicou que a compensação adicional será bancada pelo orçamento da União, limitado ao valor de R\$ 279 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Daniel Rittner e Edna Simão | De Brasília

Título: Aleluia vai apresentar hoje relatório de PL da Eletrobras

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) vai apresentar hoje o relatório sobre o projeto de lei que detalha a modelagem de privatização da Eletrobrás na comissão especial que discute o assunto na Câmara. O parecer será divulgado em formato eletrônico, no site da Câmara, segundo Aleluia.

Com isso, abre-se o prazo de cinco sessões da comissão especial na Câmara para apresentação de emenda. A partir daí, o texto finalmente pode ser votado na última semana deste mês. Isso não significa, contudo, arrematar a tramitação do projeto. "Provavelmente a oposição vai pedir vista", disse o deputado. Para ele, o governo tem maioria "tranquila" para aprovar o projeto de lei na comissão.

O presidente da comissão especial, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), destacou que o relatório vai ser apresentado, mesmo sem acordo com a oposição, para que seja possível a discussão do relatório e sua votação ainda em maio. Os parlamentares de oposição criticaram a medida, pois a avaliação é de que, como o relatório de Aleluia já está pronto, não haverá espaço para debater propostas alternativas.

Ontem, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, participou de uma audiência pública bastante tumultuada na comissão especial. Guardia fez um discurso de

cerca de 20 minutos em defesa da operação que viabilizará novos investimentos na companhia, a qual tem sofrido com elevado endividamento e perda de participação de mercado.

Segundo o ministro, a operação ainda ajudará na redução das tarifas para os consumidores, assim como no aumento da arrecadação da União, Estados e municípios com impostos. Após o discurso, Guardia foi vaiado, e os representantes de movimentos sociais, retirados da comissão. Durante a audiência pública, o ministro tentou explicar a operação de privatização de empresas e destacou que a companhia não será vendida "a preço de banana". "Falta de investimento em energia é um gargalo para o crescimento econômico", completou.

Guardia admitiu que o valor da descotização de usinas hidrelétricas operadas pela Eletrobrás pode superar a estimativa inicial feita, de R\$ 12,2 bilhões. Segundo ele, a cifra divulgada no Orçamento Geral da União é apenas uma estimativa. "Pode ser [maior], mas precisamos antes ter a modelagem, afinar os números", afirmou o ministro.

O projeto tramita em caráter conclusivo, mas basta um requerimento com a assinatura de 52 parlamentares para levá-lo ao plenário. Também ali, na avaliação do relator, o governo tem condições de vitória, porque depende de maioria simples - ou seja, 257 deputados em caso de plenário cheio; menos ainda se houver faltas.

Em seu relatório, Aleluia (DEM-BA) pretende elevar significativamente os recursos a serem alocados pela Eletrobrás no fundo de revitalização do rio São Francisco no projeto de lei que trata da privatização da estatal.

O texto original do governo previa um aporte total de R\$ 9 bilhões, ao longo de 30 anos, em ações de recuperação da bacia hidrográfica. A conta inicial era de R\$ 350 milhões por ano na primeira metade dos novos contratos de concessão de usinas hidrelétricas da Eletrobrás e R\$ 250 milhões anuais na segunda metade.

O relator pretende aumentar esse número para R\$ 500 milhões por ano durante todo o período de vigência dos novos contratos da energia "descotizada". Além disso, haveria uma quantia variável no momento de liquidação da eletricidade no mercado. Esse acréscimo renderia entre R\$ 100 milhões a R\$ 200 milhões adicionais por ano. No limite, o valor poderia chegar a R\$ 21 bilhões em 30 anos.

Aleluia proporá uma fundação de direito privado para gerir os recursos para revitalizar o rio e disse que quer incluir as Forças Armadas entre os participantes do comitê gestor.

Guardia afirmou que, no parecer do Aleluia, não há discordância em torno da modelagem proposta pelo governo para a privatização da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner | De Brasília

Título: Susep regula prêmio em capitalização e cria preocupação sobre Lotex

Uma decisão da Superintendência de Seguros Privados (Susep) regulamentando o uso de prêmios de loteria instantânea em títulos de capitalização gerou preocupação em investidores interessados na concessão da Lotex (a raspadinha) e levou o Ministério da Fazenda a abrir um grupo de trabalho para ver os impactos da medida não só na Lotex, mas em todo o mercado de Loterias.

A medida adotada entra em vigor em 120 dias. Já o grupo de trabalho anunciado pela Fazenda analisará o assunto em 30 dias, ainda a tempo do leilão da "Raspadinha", previsto para 14 de junho.

"Como esse mecanismo poderia oferecer certo grau de sombreamento aos de premiação de loteria instantânea e à operação das demais modalidades lotéricas, atualmente operadas pela Caixa Econômica Federal, o Ministério da Fazenda instituiu um grupo de trabalho que deve formular uma proposta de regramento de Títulos de Capitalização que viabilize esses títulos, mas que possuam característica e operação distintas das modalidades lotéricas, afastando qualquer insegurança jurídica, contribuindo para um melhor ambiente de negócios e preservando, assim, os interesses do público apostador e também dos pretensos licitantes do leilão da Lotex", disse a Fazenda.

Na resposta, a pasta também reforça que a regulamentação feita pela Susep é "circunscrita à operação de Títulos de Capitalização". Já a Susep, por meio de sua assessoria disse que não está participando de grupo de trabalho sobre o tema.

"Nos próximos dias, a autarquia participará de reuniões técnicas, com a participação da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias (Sefel), da Caixa Econômica Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas por parte da Secretaria", disse o regulador. "Quanto ao apontamento sobre a 'premiação

instantânea', a Susep ressalta que não se trata de uma modalidade de loteria e que a mesma é tratada em normas editadas pela Susep desde o ano 2000".

Uma fonte do setor privado explica que a regulação, feita por meio da circular 569, representa um risco de "canibalização" de loterias, incluindo a "raspadinha". Por outro lado, o interlocutor comentou que a medida não chega a inviabilizar o leilão da Lotex.

Outra fonte do mercado avalia que a regulação da Susep não é ruim em si mesma, mas de fato é um elemento a mais que gera riscos de perda de competitividade não só da Lotex, mas de outros produtos lotéricos. Para esse interlocutor, não havia clareza na regulação sobre o produto de capitalização com prêmios de sorteio instantâneo, que na prática já existe no mercado há anos. "A Susep quis deixar claro mais claro o modelo, mas a regulação também não é conclusiva", disse a fonte, lembrando que o texto prevê novas definições de regras à frente. Para esse interlocutor alguns estrangeiros podem ter ficado contrariados por esperarem regulação que vedasse o mecanismo, o que não ocorreu.

O leilão da Lotex tem sido alvo de algumas controvérsias. No governo Temer, o modelo saiu de privatização da empresa que foi criada pela Caixa para concessão, causando prejuízo ao banco que havia criado a Caixa Instantânea.

Depois, a Fazenda resolveu retirar da Caixa a possibilidade de disputar o leilão de concessão, mesmo como minoritária em um consórcio. A medida desagradou o banco e também investidores privados nacionais que, por conta das exigências do edital elaborado pela Fazenda, não poderão entrar no certame, que deve ficar limitado a grandes corporações internacionais. O lance mínimo de R\$ 546 milhões, por 15 anos de concessão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Claudia Safatle | De Brasília

Título: Bolsonaro diz ter 'total compromisso' com democracia

O pré-candidato à Presidência da República pelo PSL, Jair Bolsonaro, 63 anos, deputado por sete mandatos, definiu-se como um "liberal" e assegurou que tem "total compromisso" com a democracia, "sem a qual eu não estaria aqui". Líder nas pesquisas de intenção de voto com 15% a 20% conforme o cenário, segundo o Datafolha, o capitão da reserva acredita que disputará o segundo turno com o candidato que tiver o apoio do PT. Em conversa com um pequeno grupo de jornalistas, ontem, Bolsonaro deu importantes pinceladas no que seria o seu governo, caso seja vitorioso no pleito de outubro.

Ele assegurou que manterá a atual política do teto de gasto e fará uma reforma da Previdência mais gradual do que a proposta por Michel Temer, começando pelo regime do funcionalismo público, onde se concentram os privilégios. A idade mínima, por exemplo, não saltaria para 65 anos de uma só vez, mas em degraus.

Disse que indicará para o Supremo Tribunal Federal (STF) pessoas com o perfil do juiz Sergio Moro, abrirá o sigilo dos contratos do BNDES e desconcentrará os recursos da União em favor dos municípios. "A Caixa cobra de 4% a 11% só para repassar os recursos para os municípios". Ele avalia que poderá fazer a transferência de forma direta, sem passar pela pasta das Cidades, que desapareceria no corte dos atuais 30 para 15 ministérios que pretende fazer.

Do leque de 149 empresas estatais existente hoje, ele acredita que 2/3 devem ser extintas "porque nem de graça alguém vai querer". O restante terá dois destinos: parte será privatizada e outras, se consideradas estratégicas, permanecerão nas mãos do Estado. Nessa última lista ele inclui a Eletrobrás e os bancos federais que ele crê que têm "função social". Considera factível, também, a privatização do sistema penitenciário daqui para a frente, mantendo o estoque sob o atual regime de controle.

O pré-candidato ressalta sua visão nacionalista em áreas como o subsolo brasileiro e a propriedade da terra. Ele disse que é contra, por exemplo, "a venda das jazidas de nióbio de Catalão (GO) para empresas chinesas". Salientou que "não podemos deixar as nossas terras agricultáveis nas mãos do capital estrangeiro" e nem "botar o que é estratégico nas mãos de países com regime [político] totalmente diferente do nosso".

Bolsonaro se vê como o novo na política. Sobre a saída do ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa da disputa presidencial, comunicada ontem pelo Twitter, ele aparentemente não se surpreendeu: "O pavio do Joaquim Barbosa é mais curto que o meu" e, como um representante do novo, "eu cheguei primeiro", falou em tom de brincadeira.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), presente ao almoço com Bolsonaro promovido pelo site Poder 360, informou que há alguns meses apenas dez deputados apoiavam o pré-candidato do PSL. Hoje são 58 e em junho serão 100 parlamentares, em uma base suprapartidária, segundo ele. O vice na chapa de Bolsonaro poderá ser o senador Magno Malta (PR-ES).

Sobre a suposta intenção das forças de centro de negociar o apoio a um só candidato, ele comentou: "Para mim é excelente porque aí dou um tiro só."

Bolsonaro garante que, se eleito, não se reunirá com lideranças políticas nos "porões do Palácio do Jaburu" para lotear os cargos da administração federal. "Se um político me pedir o Banco do Nordeste ou da Amazônia, não vai ter. Governar o país como foi feito até hoje não é governar. É assaltar a nação!".

Ele conta com a base de apoio que está arrebanhando e com o baixo clero para viabilizar uma eventual administração sem ser refém de forças políticas. "O Brasil não é a nata da política que está aqui e que não exala um bom cheiro," declarou.

Com uma base de 100 deputados, o eventual governo do capitão da reserva não aprova uma emenda constitucional que demanda 308 votos. "[Uma base de apoio] fechadinha significa compradinha e a massa dos deputados [conhecida como baixo clero] não quer isso", garante ele.

Outra decisão que o militar antecipou é que se for eleito não dará continuidade à intervenção no Rio de Janeiro a menos que o Congresso aprove para os soldados que estão expostos à troca de tiros nas ruas do Rio o "excludente de ilicitude", cujas causas são enumeradas no artigo 23 do Código Penal. Seria uma espécie de proteção para os militares, que estão nas ruas do Rio, não sejam condenados à prisão por até 12 anos se em um confronto houver mortes. "Eu não boto minha tropa na rua [sem esse tipo de garantia]", afirmou o pré-candidato do PSL.

Bolsonaro fez da questão da segurança um dos principais pontos do seu discurso e, ontem, ele reiterou que pretende permitir que a população se arme para se defender. "Eu não como mais pizza fora de casa, no Rio, por medo", disse. Defendeu, nesse aspecto, um redirecionamento da política de direitos humanos e o fim da audiência de custódia - o direito do preso em flagrante ser levado à presença de uma autoridade judicial, no prazo de 24 horas, para que esta avalie a legalidade e a necessidade da prisão. A mídia, segundo Bolsonaro, "tem que ser livre." Ele declarou: "Não tem que regulamentar nada."

O pré-candidato fez uma pregação contra o que classifica como "mentira" vendida pelos que disputam as eleições no país. "O meu será o pior plano de governo do país porque será verdadeiro e não o dos marqueteiros, que são uma maravilha mas inexequíveis". Em 2019 a dívida interna estará em mais de R\$ 4 trilhões, diz. "Teremos que consertar o avião em pleno voo", completa.

A combinação do fim do foro privilegiado, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na semana passada, com o fim da prisão após o julgamento na segunda instância, será, segundo Bolsonaro, o "paraíso dos corruptos". Ele acredita que o STF derrubará a prisão após segunda instância a partir de

setembro, quando a presidência da corte passará às mãos do ministro Dias Toffoli.

À pergunta sobre se está preparado para o desafio de ser presidente, que ele mesmo se fez, respondeu: "Tanta gente preparada passou pelo governo! Vocês pelo menos terão alguém com humildade, que vai ouvir e, acima de tudo, vai dar o exemplo - na questão da honestidade vocês sabem que não tem como me pegar. Tenho Deus no coração e tenho patriotismo". No início da conversa ele se apresentou como alguém "desarmado de espírito e de armas". No fim do almoço, Bolsonaro confessou que está em treinamento para conter o que chamou de "pavio curto" e para não interromper o interlocutor antes que este se pronuncie.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Opinião
Autor:	Por Adilson de Oliveira
Título:	O Estado e a Petrobras

A Petrobras nasceu monopolista, adotando a verticalização a partir do refino como estratégia de desenvolvimento. Em 1980, ela possuía a logística e as refinarias necessárias para o suprimento de derivados do país com óleo importado. Paralelamente, ela fomentou a petroquímica, suprimindo capitais privados com nafta. Com as descobertas offshore, a Petrobras deu início à substituição de importações de óleo.

Contando com o apoio do Estado para assumir riscos, ela avançou progressivamente na plataforma continental, protegida da concorrência predatória por seu monopólio. Esse apoio foi determinante na adoção da produção antecipada que deu origem às plataformas semi-submersíveis em cooperação com empresas internacionais. Essas plataformas são, atualmente, padrão tecnológico para a produção em águas profundas. Essa estratégia culminou na identificação dos campos supergigantes do pré-sal.

No final do século passado, a Petrobras perdeu seu poder de monopólio, porém operava com perspectiva alvissareira. A reforma adotada pelo Estado garantia sua posição dominante no downstream e, com o desenvolvimento do offshore, ela passaria a ser exportadora de volumes significativos de óleo. Seu conhecimento da geologia da plataforma continental era uma vantagem competitiva para atuar no Atlântico Sul.

Reconhecendo esse posicionamento, as concorrentes optaram por parcerias com a Petrobras para iniciar suas operações no Brasil. Por seu lado, a empresa deslanchou sua atuação em outros mercados para preservar sua dinâmica de

expansão. A aquisição de refinarias e de blocos no exterior era parte dessa estratégia.

No início do milênio, a Petrobras era um dos pilares do desenvolvimento econômico do país. Royalties e participações especiais crescentes ofereciam uma fonte de recursos fiscais adicionais (!) para o suporte de políticas de desenvolvimento e justiça social do Estado. Suas compras atraíam fornecedores globais com centros de pesquisa, impulsionando inovações tecnológicas.

Seus investimentos no exterior (especialmente na América Latina) e suas parcerias estratégicas abriam espaços para sua atuação no mercado global. A Petrobras apresentava-se como candidata a participar do seleto grupo das majors petrolíferas, emergindo como um dos principais instrumentos de softpower do Estado.

No entanto, as vulnerabilidades da empresa não eram negligenciáveis. Sua governança permanecia subordinada à agenda governamental e seu sucesso vinculado ao desempenho da economia brasileira. Sua expansão no upstream estava condicionada a suprimentos sofisticados de fornecedores multinacionais. Essas vulnerabilidades ganharam dimensão após a crise global de 2008.

Ela retornará à posição de player marginal no mercado petrolífero global que ocupava no século passado

Pressionado pela produção de óleos não convencionais na América do Norte e pelas políticas de mitigação do risco de mudanças climáticas, o mercado petrolífero sofreu radical transformação. A queda brusca no preço do barril modificou as condições operacionais e financeiras da indústria do petróleo global. No plano doméstico, a Petrobras sofreu o impacto da Lava-Jato e teve que ajustar seus planos a uma brutal recessão. Os preços dos derivados foram contidos pelo governo e a produção de petróleo estagnou. A dívida da empresa explodiu, tornando inexorável a paralisação e/ou o abandono de projetos em curso. O país voltou a importar grande volume de derivados.

Uma nova governança assumiu a gestão da Petrobras em 2016, com uma agenda distinta da adotada na liberalização do mercado petrolífero. A nova administração decidiu focar sua estratégia no desenvolvimento da produção no pré-sal (aproveitando a rentabilidade elevada dos projetos) e na redução do endividamento por meio da venda de ativos. A Petrobras vem se desfazendo de ativos, no exterior e no país, e pretende reduzir sua capacidade de refino, oferecendo participação acionária majoritária em suas refinarias para petrolíferas concorrentes.

Essa estratégia indica que a Petrobras tornar-se-á exportadora de grandes volumes de petróleo e enfrentará forte concorrência no mercado de derivados. Mais ainda, ela deixará de ter papel ativo na logística do gás natural e no suprimento de insumos para a petroquímica. Ao fim e ao cabo, ela retornará à posição de player marginal no mercado petrolífero global que ocupava no século passado, porém, desta vez, operando em regime concorrencial. E, nesse processo, o Estado brasileiro perderá um instrumento relevante de seu softpower.

A globalização sofreu forte impulso após o fim da União Soviética. A entrada dos países comunistas na economia de mercado, especialmente da China, induziu forte expansão do comércio global. O Brasil aproveitou esse novo contexto para reorganizar seu ambiente macroeconômico e relançar seu crescimento, que permanecia estagnado desde a crise da dívida. Contudo, a agenda de inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho passou a ser articulada em torno da oferta de matérias-primas e insumos para serem processados no parque industrial global. O parque produtivo doméstico foi orientado a buscar nichos de mercado, visando sua inserção nas cadeias globais de valor.

A crise de 2008 provocou abalo sísmico nesse processo. Seus efeitos apenas começam a ser ressentidos (protecionismo, fraturas na integração, escalada militar etc). É difícil antecipar como se fará o reordenamento geopolítico global, porém a persistente guerra na Síria sugere que ele dependerá do controle (negociado ou não) do potencial petrolífero do Oriente Médio. O petróleo continua sendo indispensável para a sustentação dos fluxos de mercadorias (!).

O Estado chinês tem utilizado seu softpower para garantir fluxos seguros de energia para sua economia, dimensão crucial para sua compactação social e territorial. O setor energético brasileiro tem sido um dos focos desse movimento chinês. No Brasil, as forças políticas permanecem centradas no contexto geopolítico do século passado, digladiando-se em torno da presença (ou não) do Estado no setor energético. Nesse processo, a reorganização do mercado petrolífero está sendo delegada à Petrobras que, premida por seus problemas financeiros, negligencia a dimensão geopolítica dessa indústria para o softpower do país.

Essa reorganização não pode ser administrada pelo conselho de administração da Petrobras, cuja tarefa é prover dividendos para seus acionistas. Tampouco pode ela ser pautada por visões maniqueístas que advogam a volta da empresa a seu passado monopolista ou, por oposição, a exclusão do Estado de sua governança. A reorganização do mercado petrolífero deve ser conduzida tendo como perspectiva o papel da Petrobras como instrumento de softpower do Estado.

Ainda que o aggiornamento da estratégia da Petrobras seja necessário, a empresa não pode ser relegada à posição de coadjuvante no mercado doméstico para assumir o papel de supridora de petróleo para o mercado global.

A reorganização do mercado petrolífero deve ter como objetivo garantir posição dominante da Petrobras no mercado doméstico e sua presença ativa no mercado petrolífero global, especialmente no Atlântico Sul. Ela deve contemplar a compensação da perda de espaços da Petrobras no mercado doméstico com a conquista de espaços para sua atuação no mercado global. Esse encaminhamento é essencial para o Estado preservar um dos seus principais instrumentos de softpower geopolítico ao final do atual processo de desmobilização de ativos em curso.

Adilson de Oliveira é professor da UFRJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Renato Rostás e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: CBA fez mudanças para voltar ao lucro

Alvo de uma reorganização industrial e comercial para conseguir ser mais moderna, eficiente e rentável, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, quer chegar aos 63 anos de fundação com margens de ganho mais atrativas. Em entrevista ao **Valor**, o presidente da empresa, Ricardo Carvalho, contou que iniciativas para resolver gargalos e pequenos investimentos em produtividade buscam uma faixa sustentável de 15% a 20% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês).

Essa métrica gerencial, muito usada pelo mercado financeiro como um ponto de partida para calcular qual foi o fluxo de caixa livre das corporações em um dado momento, terminou 2017 em R\$ 449 milhões, ou 10% da receita líquida. O executivo conta que a expectativa é de elevar esse patamar já durante este ano, com a rentabilidade se aproximando da meta desejada. Para 2019, já enxerga crescimento de 15%.

"Claro que a margem a ser perseguida é sempre o nível saudável de 20%, mas de um ano para o outro pode haver variações", explica Carvalho. "O mais importante é conseguir permanecer em uma banda sustentável que vá de 15% a 20% da receita."

Isso, diz o executivo, será conquistado com mudanças no plano de negócios. A CBA atualmente se concentra muito mais na área de transformação do alumínio, com destaque para os setores de transportes e embalagens. Além disso, tem conseguido arrancar maior valor agregado dos produtos ao vender soluções e serviços, caminho para o qual já dava pistas que seguiria nos últimos anos.

A ponta final da cadeia do alumínio tornou-se mais importante para a empresa que é nela que está a maior perspectiva de ampliar a capacidade de oferta futura, conforme o mercado for reagindo. Hoje, há espaço para ofertar até 100 mil toneladas ao ano, mas a média de ociosidade, especialmente em extrusão, gira em torno de 30%.

Para este ano, no entanto, a empresa vislumbra recuperação do mercado brasileiro. A previsão atual de crescimento do consumo aparente é de 5%, ou cerca de duas vezes a alta do Produto Interno Bruto (PIB). "A área de transportes já reagiu e embalagens segue estável", diz Carvalho. "O que falta de mais substancial é uma retomada da construção civil."

Mesmo num cenário mais difícil, o resultado da CBA começou a mostrar sinais de recuperação no ano passado. O lucro líquido alcançou R\$ 517 milhões, revertendo perdas de R\$ 226 milhões em 2016 e de R\$ 429 milhões em 2015. A melhora foi basicamente de rentabilidade, já que a receita líquida aumentou em 12,4%. E foi em razão dos prejuízos nos anos anteriores que a estratégia mudou.

"Houve uma transformação. Passamos a trabalhar a CBA do futuro, buscando catalisadores de aceleração do crescimento, boas oportunidades de gerar valor", relata o executivo. "Nos estruturamos, investimos e agora os resultados aparecem, até mais cedo do que esperávamos", acrescenta. "Queremos ser a empresa mais relevante do país em alumínio."

No segmento de primários - produção de lingotes, tarugos e vergalhões -, a expectativa é que a capacidade se mantenha. Hoje, pode produzir até 350 mil toneladas de alumínio metálico na fábrica que tem no município de Alumínio (SP). Mas, para completar seu mix, passou a importar cerca de 30 mil toneladas. A oportunidade é usar mais sucata nesse mix, por meio da Metalex, sua controlada de Araçariguama (SP). Dessa maneira, a produção total pode atingir até 450 mil toneladas.

Com uso de matérias-primas próprias (bauxita e alumina) e energia de suas hidrelétricas, poderia fazer mais metal. Mas, na nova estratégia, decidiu produzir só o volume que o mercado absorver e seja rentável. Por isso, na reestruturação, foram fechadas linhas de fornos antigas em Alumínio. E o excedente de energia virou um negócio, sendo comercializada no mercado livre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Ivo Ribeiro e Renato Rostás | De São Paulo****Título: Projeto Horizonte foi matriz da reorganização**

O carioca Ricardo Carvalho foi convidado em outubro de 2014 para assumir o comando da CBA. Com a cisão da Votorantim Metais, que ficou com os negócios de zinco e cobre e mudou de nome - hoje é Nexa Resources -, em 2016 a fabricante de alumínio do grupo Votorantin voltou a ter autonomia, após oito anos sob o guarda-chuva da holding de metais.

Foi a volta de Carvalho ao grupo, onde já estivera de 1999 a 2004, como diretor da operação de níquel. "Eu tinha uma interação grande com o grupo e com a família Ermírio de Moraes", disse o executivo ao **Valor**. Ele também fez carreira na multinacional Alcoa e na Vale.

Recebeu uma nova missão: traçar uma estratégia de mudança de atuação para a CBA. O mercado de alumínio entrava em fase difícil naquele momento, com uma forte retração mundial do preço do metal e da crise econômica no Brasil.

Daí nasceu o Projeto Horizonte, que redefiniu três negócios para a companhia. Ela iria completar 60 anos de operação. Foram eleitas três áreas: Energia, aproveitando seu grande portfólio de geração; Produtos Primários (lingotes, vergalhões e tarugos); e Transformados, produtos com beneficiamento, como chapas, perfis e folhas.

O objetivo era a busca de rentabilidade, lucro e geração de valor, afirma Carvalho. E essa cultura passou a ser disseminada na empresa. Na estratégia, o projeto englobou ainda o departamento comercial e uma área para clientes-chaves.

A companhia elegeu dois mercados de atuação: transportes e embalagens e alguns clientes importantes das áreas de construção civil e bens de consumo. E criou a CBA Soluções (para fazer produtos como kits para energia solar).

O ano passado, relata Carvalho, foi de maximização do Projeto Horizonte, para criar a "CBA do futuro". São mais de 400 pessoas, quase 10% do quadro de pessoal envolvidas. "Temos um 'escritório' olhando para todas as áreas - produção, comercial, logística e suprimentos - com reuniões semanais e a missão de capturar toda e qualquer oportunidade de geração de valor."

A CBA está na terceira fase de implantação do projeto, iniciada em setembro. Ela vai durar até fim deste ano. "Já estamos colhendo os frutos dessas mudanças", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Neoenergia e Eletropaulo I

A Neoenergia informou que pode adotar outras medidas judiciais ou administrativas para defender seus direitos, além do procedimento arbitral, mas que mantém "absolutamente inalterado" seu interesse na aquisição de ações da Eletropaulo. A empresa também reiterou que os termos e condições da sua oferta pública voluntária concorrente permanecem os mesmos. Ontem de manhã, a Eletropaulo informou que a Neoenergia entrou com um procedimento arbitral questionando o cancelamento da oferta primária de ações, que seria ancorada pela controlada da Iberdrola.

Neoenergia e Eletropaulo II

A Neoenergia e a Eletropaulo tinham entrado em um acordo para que a compradora ancorasse a emissão de ações pela distribuidora, no valor de R\$ 25,51 por ação. A espanhola iria subscrever até R\$ 1,5 bilhão em ações nesse preço. A ideia era, posteriormente, lançar uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), a fim de obter o controle da Eletropaulo. A italiana Enel, porém, lançou uma OPA concorrente ao preço de R\$ 29 por ação, e também se comprometeu a aportar R\$ 1,5 bilhão na companhia. Com isso, o conselho de administração da Eletropaulo cancelou a oferta de ações. Desde então, a Neoenergia lançou uma OPA a R\$ 32,10 por ação da Eletropaulo, e a Enel ajustou seu preço para R\$ 32,20. Um leilão marcado para 4 de junho deve decidir quem será o novo controlador da distribuidora paulista de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho, Camila Maia e Juliana Schincariol | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras lucra R\$ 7 bi com 'trégua' contábil

Pedro Parente, presidente, diz que endividamento pode cair além da meta

Impulsionada pelo aumento dos preços do petróleo e pelo ganho com a venda de ativos no pré-sal, a Petrobras viu seu lucro líquido no primeiro trimestre saltar 57% ante igual período do ano passado, para R\$ 6,96 bilhões. Trata-se do melhor resultado da estatal desde a eclosão da Lava-Jato e também dos últimos cinco anos, o que permitirá à petroleira voltar a remunerar seus acionistas, quase quatro anos depois do último pagamento de dividendo.

A primeira parcela de distribuição de lucro será de R\$ 652 milhões, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), o equivalente a R\$ 0,05 por ação. A última vez que a empresa pagou dividendos foi em 2014, relativos a 2013, no valor de R\$ 8,7 bilhões.

O lucro do trimestre veio 56% acima da média projetada por analistas consultados pelo **Valor**. O balanço se destaca por não ter trazido baixas contábeis surpreendentes - marca comum das demonstrações financeiras da petroleira desde o início da Lava-Jato, em março de 2014.

A lista de "itens especiais", em que estatal reúne efeitos não recorrentes como baixas de contábeis, provisionamentos, despesas com questões judiciais, entre outros, veio positiva em R\$ 2,71 bilhões no trimestre, refletindo ganhos com vendas de ativos. Para efeitos de comparação, nos últimos quatro anos as perdas acumuladas com os itens especiais somaram R\$ 166 bilhões.

A baixa por perda de valor de ativos (impairment), por exemplo, foi de apenas R\$ 64 milhões. "A Petrobras hoje é uma empresa muito melhor preparada. É uma empresa muito diferente daquela que existia quando as coisas da Lava-Jato aconteceram", disse o presidente da companhia, Pedro Parente, ao ser questionado se os bons resultados apresentados pela companhia deixaram para trás as manchas do escândalo de corrupção.

A receita líquida da estatal, por sua vez, somou R\$ 74,46 bilhões, uma alta de 9%, na comparação anual, enquanto o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado teve um aumento de 2% no trimestre, para R\$ 25,67 bilhões.

A alta de 24% na cotação média do petróleo no primeiro trimestre, para US\$ 66,76 o barril, ajudou a melhorar as margens das exportações da estatal e alavancou os resultados. Além disso, os recursos oriundos das vendas de ativos reforçaram o caixa e o lucro. Ao todo, o recebimento de parcelas pelas vendas das áreas de Carcará, para a Statoil, e Lapa e Iara, para a Total, contribuíram com R\$ 3,22 bilhões no primeiro trimestre.

Com alta do petróleo, receita líquida da estatal somou R\$ 74,46 bilhões, uma alta de 9% na comparação anual

"Vamos começar a perceber benefício do programa de desinvestimento [sobre o caixa e, conseqüentemente, sobre a redução da dívida]", disse ontem o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Ivan Monteiro.

Ao todo, a empresa estima que os desinvestimentos devem contribuir com US\$ 11 bilhões para o caixa da companhia este ano. O programa de venda de ativos é o principal pilar da meta de desalavancagem da companhia, que reduziu em 4% a sua dívida líquida, para US\$ 81,45 bilhões, em relação ao último trimestre.

Ontem, Parente reiterou a intenção da empresa de reduzir sua alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, para ao menos 2,5 vezes ao fim de 2018. Esse índice, que estava em 3,67 em dezembro de 2017, passou para 3,52 vezes ao final de março. Segundo a estatal, a redução não foi maior por causa dos efeitos do pagamento da primeira parcela do acordo da *class action*. Sem ele, a relação teria alcançado o índice de 3,07.

Questionado se a elevação do dólar pode dificultar a desalavancagem, Parente lembrou que os preços do barril estão acima das projeções e têm colaborado para reduzir o endividamento. Segundo o executivo, se persistirem os níveis atuais do barril, da ordem de US\$ 75, a Petrobras poderá chegar ao fim do ano com uma relação dívida líquida/Ebitda "um pouco abaixo de 2,5 vezes", porém "não deve chegar a 2 vezes".

Para os próximos anos, segundo Parente, a intenção da companhia é reduzir ainda mais a alavancagem. A nova meta será traçada na próxima revisão do plano de negócios da empresa. "A nossa meta final não é 2,5", afirmou.

Pelo lado negativo, os resultados foram afetados pelos maiores gastos com participações governamentais e pelo pagamento de tarifas pelo uso da rede de gasodutos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), que foi vendida.

Parente comentou também sobre a negociação com a União para revisão do contrato da cessão onerosa. Segundo ele, as discussões "evoluem muito bem". "As reuniões continuam acontecendo. Achamos, na Petrobras, que, sim, será possível avançar bastante e possivelmente concluirmos o acordo até 17 de maio", disse.

Ele explicou, no entanto, que ainda não há uma clareza sobre quando se dará a liquidação do acordo e que, portanto, os potenciais valores a serem recebidos pela empresa não estão incluídos nas metas da companhia para 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por André Ramalho e Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Estatal negocia com distribuidoras**

A Petrobras está na fase final de uma "grande rodada" de conversas com as distribuidoras e espera começar a implementar o novo modelo de contratos de fornecimento de combustíveis em julho, segundo o diretor de refino e gás natural da petroleira, Jorge Celestino Ramos. A intenção da estatal é assinar um contrato de 12 meses, para testar o novo modelo, que busca a fidelização de seus clientes.

O diretor da estatal explicou que serão oferecidas às distribuidoras "condições mais interessantes", a partir da introdução de novas formas de comercialização. "Estamos combinando a commodity com os níveis de serviços, aproveitando-nos do nosso bom posicionamento logístico", afirmou Celestino.

O executivo citou que a companhia pretende implementar, por exemplo, bônus de performance. Segundo Celestino, a ideia é que, se vender volumes acima das metas traçadas em contrato, as distribuidoras poderão receber preços diferenciados sobre os volumes excedentes. "Esperamos capturar volumes e melhorias de margens", afirmou.

Por trás do novo modelo contratual, está a intenção da Petrobras de aumentar sua participação de mercado. Depois de alguns ajustes nas margens, a estatal começou a recuperar parte da fatia de mercado perdida ao longo dos últimos dois anos para as importadoras no fornecimento de combustíveis para as distribuidoras.

A participação da Petrobras no mercado de diesel, por exemplo, atingiu os 79% em abril, ante a média de 74% de 2017. No caso da gasolina, a fatia de mercado da estatal foi de 86%, frente aos 83% do ano passado.

"O que fizemos no fim de novembro foi ajustar as margens e alguns níveis de serviço em alguns pontos onde a competição estava mais acirrada", afirmou Celestino. Segundo ele, os ajustes foram feitos, sobretudo, nos portos de Itaquí (MA), Suape (PE), Santos (SP) e Paranaguá (PR).

Diante dessa recuperação na participação de mercado, as importações de diesel por terceiros caíram 30%, entre o quarto trimestre e os três primeiros meses deste ano. No segmento de gasolina, contudo, houve uma alta de 15% nas compras externas.

Apesar do aumento de sua participação no mercado, Celestino não vê como provável a recuperação do fator de utilização das refinarias para patamares acima de 90% em 2018. Em abril, esse índice era de 78%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Fernando Torres | De São Paulo

Título: Dividendo mínimo da PN está garantido

Ao retomar a remuneração de seus acionistas sem fazer distinção entre ordinaristas e preferencialistas, a Petrobras deixou alguns donos de papéis PN apreensivos, uma vez que o estatuto social da companhia garante dividendo prioritário para esse tipo de ação.

Dando início à nova política de distribuição de lucros, que prevê desembolsos trimestrais, a estatal informou que vai pagar R\$ 0,05, na forma de juros sobre capital próprio, para cada uma das mais de 13,04 bilhões de ações existentes, ou R\$ 652 milhões no total. Sem diferença entre ON e PN. O pagamento será feito dia 25, para a base de acionistas do dia 21.

Os preferencialistas podem ficar tranquilos, porém, porque, no momento em que a Petrobras decide pagar alguma remuneração aos investidores, o estatuto fixa o valor mínimo por ação PN. Neste ano, de R\$ 0,79 por ação, ou um piso de R\$ 4,41 bilhões para o conjunto de donos dessas ações.

Mas nada impede o tratamento igualitário entre ações ON e PN. Em 2010 e 2011, por exemplo, a Petrobras pagou R\$ 0,90 e R\$ 0,92, respectivamente, para cada papel detido por seus acionistas.

Nos exercícios seguintes, quando o caixa apertou, foi que houve tratamento distinto, com os preferencialistas recebendo uma remuneração maior. Em 2012 foram R\$ 0,47 por papel ON e R\$ 0,96 para o PN. Em 2013, R\$ 0,52 para os ordinaristas e R\$ 0,96 para os preferencialistas.

Por ter tido prejuízo em 2014, 2015, 2016 e 2017, a Petrobras não precisou pagar dividendo.

Mas agora que deve atender à condição inicial de voltar ao azul, ela precisa cumprir duas regras ao distribuir resultados.

Uma é a remuneração mínima de 25% do lucro líquido ajustado. A segunda é que os preferencialistas recebam, no mínimo, 5% do valor do capital social por ação ou 3% do valor patrimonial por ação - dos dois o maior.

Fazendo-se a conta, o piso fica nos 5% do capital social por ação, o que representa R\$ 0,79 em juros sobre capital ou dividendos referente ao exercício de 2018 - um retorno de 3,5% por ação, considerando a cotação atual. Esse mínimo, porém, só precisa ser cumprido quando a proposta de distribuição de lucro de 2018 for submetida à assembleia em 2019.

Se por um imprevisto a Petrobras for levada a fazer uma baixa contábil que a deixe no prejuízo, isso não impede a distribuição de lucros, já que ela possui reservas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Stella Fontes | De São Paulo

Título: Emenda à MP 811 distorce preço, diz IBP

Uma emenda à Medida Provisória 811, que autoriza a comercialização de petróleo e gás do pré-sal pertencentes à União pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), tem enfrentado resistência crescente. Depois da Petrobras, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) também se posicionou contrariamente à alteração no texto original, que atende a pleito da indústria química brasileira.

A MP, agora projeto de lei de conversão (PLV), ainda será apreciada pelo Congresso Nacional e está em vias de entrar em votação. Fora do plenário, o ponto de discórdia é o artigo terceiro do texto final, que prevê a possibilidade de leilões exclusivos de óleo e gás para industrialização no mercado doméstico. Para as petroquímicas, isso abre oportunidade de maior oferta de matéria-prima local e, consequentemente, preços mais baixos. Petrobras e IBP, por outro lado, alegam que há risco de distorção de preço com a realização de leilões que podem ter um único comprador, com impacto negativo na atração de investimentos.

De acordo com o secretário-executivo do IBP, Antonio Guimarães, o instituto defende a livre concorrência e há alguns anos vem trabalhando pela ampliação dos investimentos em refino no país. E, se hoje a atividade está concentrada na Petrobras, a principal razão não é a ausência de matéria-prima, mas o controle exercido sobre os preços dos produtos refinados nos últimos anos. "Para haver investimento, é preciso confiar que se pratica preços de mercado. E essa medida abre incertezas sobre o preço do petróleo", diz.

Na visão do IBP, só as refinarias locais terão "vantagem competitiva artificial" sobre todo o restante do parque de refino a partir dos leilões exclusivos. "Isso impõe um fator adicional de risco de mercado - ficar na parcela majoritária que não terá subsídio - que afasta o investidor privado que busca ambientes em que as condições competitivas são equânimes para todos os atores", informa, em nota.

A Petrobras informou, também em nota, que mecanismos que tragam distorções ao mercado têm efeito negativo no setor, que deve se modernizar com o programa Gás para Crescer. "A Petrobras entende que o aprimoramento da legislação de gás natural deve ter como premissas a isonomia entre diversos agentes, a competitividade, a liquidez, e o acesso à informação, permitindo, a partir disso, atrair novos investimentos."

Na outra ponta, o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, diz que a iniciativa pode abrir novas oportunidades de investimento. "Uma das consequências de um leilão dessa natureza é a abertura do mercado [de matérias-primas petroquímicas], que passará a refletir as cotações internacionais", afirma.

Já o relator da MP, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), vê margem para ampliação do número de refinarias no país e fortalecimento do setor petroquímico ao abrir portas a novos produtores locais de matéria-prima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Braskem no 1º trimestre

Os resultados da Braskem no primeiro trimestre devem ser bons, mas inferiores aos apurados no mesmo período do ano passado, na esteira de "spreads" petroquímicos (diferença de preço em relação à matéria-prima) menores nessa base de comparação, de acordo com analistas. Em relatório de abril, o Itaú BBA projetava lucro líquido de R\$ 618 milhões para a empresa, queda de 68% frente ao registrado no primeiro trimestre de 2017. Na comparação com os três últimos meses do ano passado, o resultado final deve quase dobrar. Para a receita líquida, o banco estima cerca de R\$ 13 bilhões, alta de 3% na comparação anual. Para o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), a projeção é queda de 22%, para R\$ 2,83 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Por Renato Rostás | De São Paulo****Título: Tupy tem receita recorde de R\$ 1 bi no 1º trimestre**

A metalúrgica Tupy bateu seu recorde histórico de receita em um trimestre, ultrapassando R\$ 1 bilhão, e acredita que o ritmo de crescimento se manterá ao longo do ano. Em entrevista ao **Valor**, o presidente da companhia, Fernando de Rizzo, diz que o incremento a esse cenário pode vir da área de usinagem, que começa a gerar ganhos no segundo semestre.

No lado da rentabilidade, contudo, há como melhorar. A empresa fechou uma fundição em Mauá (SP) no ano passado e, após enfrentar despesas com essa reestruturação, está continuamente melhorando as margens. No primeiro trimestre, a forte inflação de matérias-primas impediu que o retorno fosse maior, mas esse efeito pode ser mitigado daqui para frente. O executivo crê em margem Ebitda próxima a 15% em 2018.

"Há sazonalidade no resultado, o segundo e terceiro trimestres são melhores historicamente do que o primeiro e o quarto", diz. "Mas o cenário indica que a margem do ano pode se aproximar de 15%." De janeiro a março, o índice foi de 14%, considerando ajuste que exclui outras despesas operacionais.

Mas essa inflação de commodities é também boa notícia para Tupy. Para Rizzo, quando matérias-primas ficam mais caras como agora, indicam crescimento mundial - e futuro investimento da indústria. A mineração, por exemplo, já investe até agora no ano 5% a 10% mais do que no ano passado.

"É um momento de ciclo econômico favorável tanto no Brasil quanto no exterior e a empresa está se aproveitando desse crescimento globalmente. Nós a preparamos para chegar bem a esse momento", conta. "Em todos os mercados a que estamos expostos, enxergamos ciclos favoráveis."

Durante o primeiro trimestre, o lucro líquido da Tupy cresceu 20,6%, em comparação anual, para R\$ 56,9 milhões. A receita líquida subiu 23,9%, para R\$ 1,06 bilhão, e o Ebitda - segundo a instrução CVM 527 - subiu 29,2%, para R\$ 145 milhões, margem de 13,7%.

No mercado doméstico, é grande a influência do agronegócio. De janeiro a março, a receita do segmento de veículos comerciais no Brasil cresceu 73,5%, muito por conta da demanda agrícola. A área atende por metade da geração

interna de receitas. Boa parte disso veio de renovação de frotas, mas a Tupy também se beneficia das exportações da indústria.

Na América do Norte, responsável por dois terços da receita no trimestre, a construção está em bom momento, diz o executivo. Mas o setor de petróleo e gás também impulsionou consideravelmente os ganhos.

"Fornecemos motores relacionados a todo o sistema de auxílio à exploração do xisto nos EUA: para compressão e movimentação de gás, tubulações, além de caminhões de apoio", diz Rizzo. "Temos exposição direta e grande ao xisto e como eles conseguiram baixar substancialmente o custo médio de exploração, vale a pena produzir até com o barril valendo US\$ 50. Imagine a US\$ 70 como agora."

A Tupy espera investir de 3,5% a 4% da receita em 2018, perto de R\$ 150 milhões. Nos três primeiros meses do ano, foram gastos menos de R\$ 30 milhões para esse fim.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Petrobras puxa 1ª alta da bolsa em cinco pregões

O impulso da Petrobras fez o Ibovespa deixar cinco pregões de quedas para trás e voltar ao azul pela primeira vez em maio. Mesmo com essa trégua, porém, o índice não deixou de lado os riscos no exterior, em que as bolsas permanecem com desempenho anêmico e o dólar segue forte ante outras moedas.

O Ibovespa fechou o pregão de ontem em alta de 0,29%, aos 82.956 pontos, com giro financeiro bem mais forte, de R\$ 10,5 bilhões, acima da média dos últimos pregões. A avaliação de operadores e analistas é que os mercados emergentes seguem fragilizados pelo fortalecimento do dólar, mas o avanço da Petrobras após a divulgação do balanço colaborou para o alívio no dia.

A ação preferencial (PN) da estatal subiu 1,15% e garantiu o maior giro do dia, de R\$ 1,8 bilhão. O papel ordinário (ON), no entanto, fechou estável, com a empresa no centro do debate sobre a distribuição de dividendos. A diferença entre as cotações das duas classes de ações tem se mantido relativamente estável neste ano. Em 2 de janeiro, o preço da ON era 4,7% superior ao da PN;

em 12 de abril, tal diferença era de 12,5%. Agora, o spread oscila ao redor de 8%.

Ao escolher pagar proventos aos detentores de ações ordinárias e preferenciais sem distinção, a Petrobras assume aos gestores que 2018 será um ano de ganhos. Os riscos, no entanto, preocupam os preferencialistas porque os solavancos não podem acertar o balanço - um dever mais difícil de cumprir em ano eleitoral e com os receios sobre o movimento do petróleo no exterior e dos juros nos Estados Unidos.

O anúncio de que pagará R\$ 652,2 milhões em juros sobre capital próprio (JCP), ou R\$ 0,05 por ação ON e PN, preocupou alguns investidores porque, se o resultado da empresa não seguir uma trajetória positiva, ela pode não conseguir cumprir a regra que determina prioridade às PNs no recebimento de proventos. A remuneração anunciada ontem representa 9% do ganho trimestral.

"A empresa acerta ao remunerar igualmente os acionistas, depois de anos sem fazer pagamentos", diz um gestor que prefere não ser identificado. "O que questionamos é: os conselheiros estão assumindo um risco. O primeiro trimestre surpreendeu, mas, se os próximos não forem bons ou se baixas contábeis ocorrerem, os administradores podem ser responsabilizados", disse.

Apesar do receio, o gestor afirma que, de fato, é pouco provável que 2018 reserve à Petrobras e aos acionistas frustrações como nos últimos anos, quando a operação Lava-Jato e sucessivas baixas contábeis consumiram a companhia. "Eu concordo que é pouco provável, mas a empresa decidiu assumir o risco."

Outro gestor também nota essas preocupações, mas pondera que o JCP pago é pequeno em relação ao lucro gerado no trimestre, de R\$ 6,96 bilhões. "Em tese, a empresa ainda tem boa margem para ajustar as coisas à frente", afirma.

No destaque positivo, Magazine Luiza (alta de 14,60%) liderou os ganhos, depois do resultado positivo no primeiro trimestre, especialmente quanto à receita da companhia.

MME / ASCOM .